

4º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CONTROLADORIA INTERNA

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DE CONTROLADORIA
CONFORME PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAIN, REFERENTE
AOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE
2021.**

**LEONARDO PACHECO SILVA
REGISTRO: CRC-MG 111.965
CONTROLADOR INTERNO DO IPREM**

SUMÁRIO

1) DO PLANEJAMENTO DE AUDITORIA INTERNA – PAAIN 2021	3
2) DA CERTIFICAÇÃO DE NÍVEL II DO PRÓ-GESTÃO RPPS	4
3) DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA NO IPREM	5
4) DAS ÁREAS PREVISTAS DE AUDITORIA NO 4º TRIM./2021.....	6
4.1) DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	6
4.2) DA GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS	7
4.3) DA CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA.....	9
4.4) DA ASSESSORIA JURÍDICA E CONTRATOS.....	11
4.5) DAS APLICAÇÕES, INVESTIMENTOS E SUA GESTÃO	13
4.6) DAS AUDITORIAS INTERNAS – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	15
5) DA OBTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO NÍVEL II	16
5.1) DAS AÇÕES DE MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES.....	17
5.2) DAS AÇÕES DE MANUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	17
5.3) DA ATUAÇÃO DO CONTROLADOR INTERNO DA UNIDADE GESTORA	18
5.4) DA EVIDÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA PRÓ-GESTÃO NÍVEL II.....	18
6) DISPOSIÇÕES FINAIS	20

1) DO PLANEJAMENTO DE AUDITORIA INTERNA – PAAIN 2021

O Plano Anual de Auditoria Interna do RPPS é o documento que estabelece previamente os objetos de auditoria a serem executados no exercício do ano, visando verificar o alcance de resultados quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos de gestão, trazendo benefícios, sejam eles financeiros e não financeiros, e ainda, que seja exercido de forma simultânea, também como instrumento de proteção e defesa do cidadão e mecanismo de auxílio para o aprimoramento da Administração Pública.

Cabe ainda destacar, que está em consonância com o artigo 70 da Constituição Federal, e os preceitos da Decisão Normativa nº 002/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG. O PAAIN 2021 prevê a realização de auditorias realizadas em bases amostrais, documentais, na análise e verificação dos atos que podem conter dados com naturezas contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais.

Na elaboração foram considerados e avaliados as grandes áreas de atuação do RPPS, com base na hierarquização e priorização de objetos a serem auditados, através de critérios de relevância, materialidade, risco, da atual estrutura organizacional do IPREM e do quantitativo de servidores em atividade com base nas Leis Municipais 2.668/2017 e 2.777/2019 e seus anexos. O PAAIN para este exercício foi elaborado, aprovado e finalizado pela Controladoria Interna do IPREM em 20 de Janeiro de 2021.

O PAAIN compreende todas as atividades a serem desenvolvidas pelo Controlador Interno do IPREM durante o exercício de 2021. Traz como parte integrante necessária, juntamente com a sua apresentação, um cronograma para as atividades obrigatórias e outras ações de controle planejadas. Assim, podemos afirmar que o PAAIN é uma importante ferramenta com foco nas áreas que representam um risco maior aos processos que formam a Autarquia do Instituto de Previdência Municipal de Três Marias – IPREM, além de orientar os trabalhos a serem desenvolvidos pelo Controlador Interno durante o exercício.

2) DA CERTIFICAÇÃO DE NÍVEL II DO PRÓ-GESTÃO RPPS

A CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO – De acordo com o Anexo 08 do Manual de Pró-Gestão RPPS, as atribuições do Controle Interno do IPREM, composto por um servidor efetivo e nomeado mediante Portaria, contribuem para qualificação ao NÍVEL II DE ADERÊNCIA com emissão de relatório trimestral nas áreas de Benefícios, Investimentos e Tecnologia da Informação, devidamente abordados posteriormente neste relatório.

Benefícios	(concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios)
Investimentos	(processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate)
Tecnologia da Informação	(procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico)

A formalização do Termo de Adesão registrada em 19 de Dezembro de 2018, sinaliza a intenção do RPPS de iniciar os procedimentos preparatórios para a certificação externa. Conforme destacado no art. 2º da Portaria MPS nº 185/2015, a certificação no âmbito do Pró-Gestão RPPS permitirá atestar que um determinado RPPS que tenha aderido ao programa conseguiu implementar boas práticas de gestão previdenciária, alcançando os objetivos de melhoria do controle de seus ativos e passivos e aumento da transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

De forma sintética houve o processo de Auditoria de Certificação do Pró-Gestão RPPS, através do ICQ BRASIL, realizando a CONCLUSÃO e APROVAÇÃO de Obtenção de Certificação Pró-Gestão Nível II em 03 de Setembro de 2021 conforme as etapas demonstradas abaixo:

15 e 16 de Março 2021	Auditoria documental para verificação de atendimento de requisitos da Certificação Institucional.
02 e 03 de Setembro de 2021	Auditoria presencial para comprovação dos requisitos e verificação das atividades de Gestão.

3) DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA NO IPREM

De acordo com o Planejamento Anual de Auditoria Interna – PAAIN 2021 (aprovado pelo Conselho Administrativo) em 20/01/2021, o número de auditorias no primeiro trimestre foi reduzido, uma vez que, neste período estava previsto e programado a confecção do relatório final de prestação de contas do exercício de 2020 de responsabilidade do Controlador Interno, a ser enviado juntamente com a prestação de contas do ENTE, sendo devidamente concluído em 19/03/2021.

Dessa forma, destacam-se abaixo as auditorias preventivas que foram realizadas neste **4º Trimestre/2021** em conformidade com o PAAIN 2021:

ÁREA	AUDITORIAS PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
CONCESSÃO BENEFÍCIOS	Análise de Concessão e/ou Revisão de Benefícios (Aposentadorias e Pensões)	Coordenação de Benefícios
RECURSOS HUMANOS	Análise da Folha de Pagamento Mensal do IPREM (Efetivos, Aporte, Inativos)	Gerente de Recursos Humanos
CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA	Receitas e Despesas Orçamentárias Mensais e Relatórios Financeiros	Diretoria Administrativa Financ.
CONTRATOS E LICITAÇÕES	Contratos de Pessoal, Contratos Administrativos, Termos Aditivos	Assessoria Jurídica
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Procedimentos de solicitação de compensação previdenciária em virtude de aposentadorias com averbação CTC	Diretoria Previdenciária

4) DAS ÁREAS PREVISTAS DE AUDITORIA NO 4º TRIM./2021

4.1) DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

INTRODUÇÃO – Verificação do processo de Concessão de Benefícios do IPREM.

UNIDADE EXAMINADA – Diretoria Previdenciária e Coordenação de Benefícios.

PERIODICIDADE – Análise mensal de processos individuais de concessão do benefício.

ESCOPO DOS TRABALHOS – O escopo do trabalho realizado está demonstrado a seguir:

ÁREA	OBJETO	PROCEDIMENTOS
Benefícios	Concessão de Benefícios	Requerimento e Documentos do Servidor, Certidões da Prefeitura e do IPREM, Vantagens e Gratificações, Remunerações, Simulações.

DEMANDA DE PRAZOS DE EXECUÇÃO – Atividades desenvolvidas conforme Requerimentos formalizados pelos servidores efetivos que venham completar os requisitos para o pedido de benefício previdenciário, necessitando de prazo médio de 02 (dois) dias em sua totalidade, para a verificação integral:

<u>Descrição das Atividades de Auditoria Preventiva – ÁREA DE BENEFÍCIOS</u>
Requerimento formalizado pelo(a) Servidor(a) interessado(a)
Certidão de Contagem de Tempo e Remunerações registradas (se houver)
Declarações de Vantagens e Direitos do Servidor(a) e Apostilamento (se houver)
Fichas Financeiras da Prefeitura Municipal e do IPREM e períodos de afastamentos
Parecer Jurídico da Assessoria por processo favorável ao pedido do(a) servidor(a)
Simulação da Contagem de Tempo de Contribuição Total e das regras de aposentadorias e/ou pensão, com a opção definida/escolhida pelo servidor(a).

DA ANÁLISE DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS – Aposentadorias e Pensões:

Lançamento das remunerações do(a) servidor(a)	(X) Regular	() Irregular
Lançamento das remunerações existentes nas CTC's	(X) Regular	() Irregular
Lançamento das remunerações pagas pelo IPREM	(X) Regular	() Irregular
Averiguação dos tempos averbados e calculados	(X) Regular	() Irregular
Averiguação das regras de aposentadoria e a concessão	(X) Regular	() Irregular
Averiguação das regras de pensão e a concessão	(X) Regular	() Irregular
Averiguação das remunerações de contribuição para os casos de concessão pela média aritmética dos salários	(X) Regular	() Irregular

Observação de Evidência de Conformidade (Manuais e Fluxogramas) BENEFÍCIOS:

Aposentadoria Voluntária	Revisado em conformidade em 05/10/2021
Aposentadoria por Invalidez Permanente	Revisado em conformidade em 05/10/2021
Aposentadoria Compulsória	Revisado em conformidade em 05/10/2021
Aposentadoria Especial	Revisado em conformidade em 13/11/2021
Revisão de Aposentadorias	Revisado em conformidade em 13/11/2021
Concessão de Pensões	Revisado em conformidade em 13/11/2021
Revisão de Pensões	Revisado em conformidade em 13/11/2021
Elaboração Mensal da Folha de Pagamento	Revisado em conformidade em 27/12/2021

4.2) DA GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

INTRODUÇÃO – Verificação da Elaboração das Folhas de Pagamento do IPREM.

SETOR DE TRABALHO EXAMINADO – Gerência de Recursos Humanos do IPREM.

PERIODICIDADE – Análise de frequência mensal da concessão da folha de pagamento.

ESCOPO DOS TRABALHOS – O escopo do trabalho realizado está demonstrado a seguir:

ÁREA	OBJETO VERIFICADO	PROCEDIMENTOS
DP-RH	Folha de Pagamento dos Aposentados, Pensionistas, Servidores Efetivos, Contratados, e Folha dos Servidores do Tesouro Municipal (APORTE)	Verificação integral da folha de pagamento, com identificação dos PROVENTOS, DESCONTOS e demais verbas provenientes da folha mensal e adiantamento de 13º salário.
E-SOCIAL	Transmissão dos Eventos Obrigatórios do E-SOCIAL referente ao Grupo 04 quanto aos órgãos públicos e autarquias	Conforme publicação em 02/07/2021 com o novo cronograma do E-Social da Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME Nº 71, de 29/06/2021

DEMANDA DE PRAZOS DE EXECUÇÃO – Atividades desenvolvidas na última semana anterior aos pagamentos com prazo médio de 03 (três) dias em sua totalidade, para a verificação integral:

<u>Descrição das Atividades Desenvolvidas</u>	<u>Prazo Médio</u>
Conferência Folha dos Aposentados e Pensionistas do IPREM	<u>02 dias</u>
Conferência Folha dos Aposentados e Pensionistas do APORTE*	<u>02 dias</u>
Conferência Folha dos Servidores Ativos (Contratados e Efetivos)	<u>02 dias</u>
Conferência Ofícios Mensais do Aporte e Compensações (COMPREV)	<u>02 dias</u>
Encerramento Benefícios, Rescisões por morte de Aposentado/Pensionista	<u>02 dias</u>

* Aposentadorias e Pensões com valores pagos e custeado pelo Tesouro Municipal

GRUPO 04 – EVENTOS OBRIGATÓRIOS DO E-SOCIAL

EVENTOS	FASE 01	FASE 02	FASE 03	FASE 04
<u>DATAS</u>	<u>21/07/2021</u>	<u>22/11/2021</u>	<u>22/04/2022</u>	<u>11/07/2022</u>

1ª Fase: Apenas informações relativas aos órgãos. (Cadastros dos empregadores e tabelas)

2ª Fase: Os entes passam a ser obrigados a enviar informações relativas aos servidores e seus vínculos com os órgãos. (Admissões, afastamentos e desligamentos)

3ª Fase: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento (de todo o mês de abril/2022)

Observação: Substituição da GFIP: Junho/2022 - Substituição da GFIP para recolhimento de Contribuições Previdenciárias.

4ª Fase: Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde no trabalho (SST).

ATIVIDADES FOLHA MENSAL – Aspectos averiguados:

Remuneração (Vencimentos, Triênio, Quinquênio)	(X) Regular	() Irregular
Cargo em Comissão, Apostilamento e Trintenários	(X) Regular	() Irregular
Gratificações sobre a função ou cargo (20%)	(X) Regular	() Irregular
Gratificações sobre a remuneração Art. 65 (20%)	(X) Regular	() Irregular
Férias e 1/3 de férias sobre as remunerações	(X) Regular	() Irregular
Previdência Própria, IRRF, Empréstimos Bancos	(X) Regular	() Irregular
Cartões, Empréstimos e Convênios SINDITREMA	(X) Regular	() Irregular
Verificação e Validação Qualificação Cadastral E-Social	(X) Regular	() Irregular
Eventos Obrigatórios de Transmissão ao E-Social	(X) Regular	() Irregular
Adiantamento Folha Pagamento de 13º Salário IPREM	(X) Regular	() Irregular
Adiantamento Folha Pagamento de 13º Salário APORTE	(X) Regular	() Irregular

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DA FOLHA MENSAL 2021

Competência	APORTE	PAGAMENTO	IPREM	PAGAMENTO
Janeiro/2021	20/01/2021	26/01/2021	21/01/2021	26/01/2021
Fevereiro/2021	18/02/2021	23/02/2021	19/02/2021	23/02/2021
Março/2021	18/03/2021	26/03/2021	23/03/2021	26/03/2021
Abril/2021	22/04/2021	27/04/2021	23/04/2021	27/04/2021
Maio/2021	19/05/2021	28/05/2021	25/05/2021	28/05/2021
Adiantamento 13º Salário	08/06/2021	16/06/2021	10/06/2021	16/06/2021
Junho/2021	17/06/2021	30/06/2021	21/06/2021	30/06/2021
Julho/2021	21/07/2021	30/07/2021	22/07/2021	30/07/2021
Agosto/2021	19/08/2021	30/08/2021	25/08/2021	30/08/2021
Setembro/2021	21/09/2021	30/09/2021	23/09/2021	30/09/2021
Outubro/2021	26/10/2021	29/10/2021	27/10/2021	29/10/2021
Novembro/2021	25/11/2021	30/11/2021	26/11/2021	30/11/2021
13º Salário	15/11/2021	17/11/2021	16/11/2021	17/11/2021
Dezembro/2021	27/11/2021	30/12/2021	28/11/2021	30/12/2021

Observação de Evidência de Conformidade na Folha de Pagamento:

Foram feitas inspeções de auditoria para obtenção do Nível II do Programa de Pró-Gestão RPPS, na elaboração da Folha de Pagamento, com o objetivo de verificar a aderência dos manuais e mapeamentos aos processos realizados, quanto a Elaboração da Folha de Pagamento Mensal com elaboração inicial em 28/11/2019 e revisada sua conformidade e execução em 27/05/2021, por último verificado em 23/12/2021.

Constatou-se neste setor, a aderência e conformidade dos Mapeamentos e Manuais, onde os processos não requerem até a elaboração e conclusão deste relatório trimestral, a realização de revisões ou alterações posteriores à última avaliação feita por este Controle Interno, estando regularmente adequados os manuais e fluxogramas avaliados. Foram feitos CHECKLIST de conferências realizadas na Elaboração da folha de pagamento mensal.

EXERCICIO 2021
4º TRIMESTRE (OUT-NOV-DEZ)

4.3) DA CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA

INTRODUÇÃO – Verificação das informações financeiras do IPREM – Exercício 2021.

PROCEDIMENTOS EXAMINADOS – Apuração e Demonstrativos das Receitas e Despesas.

PERIODICIDADE – Análise de frequência mensal dos boletins de prestação de contas.

ESCOPO DOS TRABALHOS – O escopo do trabalho realizado está demonstrado a seguir:

ÁREA	OBJETO	PROCEDIMENTOS
DAFIN	Receitas e Despesas (Orçamentárias)	Apuração das Receitas e Despesas Mensais, validação dos relatórios e registros, e consolidação das prestações de contas mensais declaradas nos Boletins.

DEMANDA DE PRAZOS DE EXECUÇÃO – Atividades desenvolvidas conforme proposto pelo **PAAIN 2021**, executadas de forma mensal em conformidade com o planejado, ressaltando-se o prazo médio de 02 (dois) dias para as atividades abaixo:

Descrição das Atividades de Auditoria – Contabilidade e Finanças	Prazo
Apuração e Fechamento Mensal - Pagamentos do Aporte (Tesouro Municipal)	<u>02 dias</u>
Apuração das Contribuições dos Servidores Efetivos (Prefeitura/Câmara/IPREM)	<u>02 dias</u>
Apuração das Contribuições Patronais (Prefeitura/Câmara/IPREM)	<u>02 dias</u>
Apuração dos Parcelamentos Contribuições – CADPREV (2013, 2017 e 2019)	<u>02 dias</u>
Apuração dos Pagamentos de Compensação Previdenciária – COMPREV	<u>02 dias</u>
Apuração dos Pagamentos referentes ao Déficit Atuarial	<u>02 dias</u>
Identificação e Registro das Guias e valores GRPS (Recolhimento Previdência)	<u>02 dias</u>
Apuração das Contribuições dos Servidores Licença sem Vencimento	<u>02 dias</u>
Apuração das Contribuições Patronais dos Servidores Licença sem Vencimento	<u>02 dias</u>

DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA – 1º, 2º, 3º TRIMESTRE 2021:

BOLETINS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONSELHO FISCAL (RECEITAS)		
1) Receitas de Contribuição (PREFEITURA/CÂMARA/IPREM)		
Conferência das Contribuições dos Servidores Segurados	(X) Regular	() Irregular
Conferência das Contribuições Patronais	(X) Regular	() Irregular
Conferência das Contribuições Aposentados e Pensionistas	(X) Regular	() Irregular
2) Receita Patrimonial		
Conferência das Aplicações e Rentabilidades (Previd.)	(X) Regular	() Irregular
Conferência das Aplicações e Rentabilidades (Taxa Adm.)	(X) Regular	() Irregular
3) Outras Receitas Correntes		
Multas/Juros/Mora Contribuições pagas – Segurado	(X) Regular	() Irregular
Multas/Juros/Mora Contribuições pagas – Patronais	(X) Regular	() Irregular
Restituições de Benefícios Previdenciários	(X) Regular	() Irregular
Compensação Financeira Previdenciária (COMPREV)	(X) Regular	() Irregular
4) Receita Intra-Orçamentária		
Conferência das Contribuições dos Parcelamentos	(X) Regular	() Irregular
Conferência das Contribuições do DÉFICIT ATUARIAL	(X) Regular	() Irregular
Conferência das Contribuições (LSV)**	(X) Regular	() Irregular

**LSV – Servidores Afastado por Licença sem Vencimento

BOLETINS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONSELHO FISCAL (DESPESAS)		
1) Despesas de Administração do IPREM		
Folha Mensal de Pagamento – Contratados	(X) Regular	() Irregular
Folha Mensal de Pagamento – Efetivos Cedidos Nomeados	(X) Regular	() Irregular
Folha Mensal de Pagamento – Funções Gratificadas	(X) Regular	() Irregular
2) Das Obrigações Patronais		
Retenções e Recolhimento – RPPS (IPREM) Guia GRPS	(X) Regular	() Irregular
Retenções e Recolhimento – RGPS (INSS) Guia GPS	(X) Regular	() Irregular
Compensações Previdenciárias RGPS/INSS (COMPREV)	(X) Regular	() Irregular
3) Das Obrigações Tributárias		
Retenções PASEP – Taxa de Administração (Receitas)	(X) Regular	() Irregular
Retenções PASEP – Previdenciário (Receita Patrimonial)	(X) Regular	() Irregular
Retenções PASEP – Pedido de Parcelamento (2017-2019)	(X) Regular	() Irregular
4) Despesas Operacionais		
Diárias para Viagens e Treinamentos	(X) Regular	() Irregular
Passagens e Despesas de Locomoção	(X) Regular	() Irregular
Indenizações e Restituições	(X) Regular	() Irregular
Material de Consumo	(X) Regular	() Irregular
5) Outros Serviços Contratos de Terceiros		
Serviços de Consultoria	(X) Regular	() Irregular
Serviços de TI e Comunicação	(X) Regular	() Irregular
Outros Serviços de Terceiros	(X) Regular	() Irregular
6) Do Pagamento de Benefícios IPREM X APOORTE TESOIRO MUNICIPAL		
Aposentadorias – IPREM	(X) Regular	() Irregular
Pensões – IPREM	(X) Regular	() Irregular
Aposentadorias – APOORTE	(X) Regular	() Irregular
Pensões – APOORTE	(X) Regular	() Irregular
7) Outras Avaliações		
Sentenças Judiciais	(X) Regular	() Irregular
Indenizações e Restituições	(X) Regular	() Irregular
Despesas do Exercício Anterior	(X) Regular	() Irregular
<u>Conciliações Bancárias: Investimentos e Conta Corrente</u>	<u>() Regular</u>	<u>(X) Irregular</u>

Os Boletins de Prestação de Contas são conferidos pelo Controlador Interno, que submete a verificação das informações apresentadas por meio de documentos, guias e relatórios para a devida apuração, conferência e exatidão matemática das informações contidas e identificadas com base nos relatórios da Contabilidade Orçamentária (Receitas, Despesas, Balancetes) e nos ofícios e comprovantes anexados durante o processo de verificação, sendo validado as informações que estão contidas nos boletins que são repassados ao Conselho Fiscal. Está em elaboração pela Controladoria Interna, um CHECKLIST de validação das receitas e despesas.

4.4) DA ASSESSORIA JURÍDICA E CONTRATOS

INTRODUÇÃO – Apuração dos contratos vigentes e termos aditivos do IPREM.

PROCEDIMENTOS EXAMINADOS – Apuração e verificação física dos contratos diversos.

PERIODICIDADE – Em conformidade com o Plano Anual de Auditoria – PAAIN 2021.

ESCOPO DOS TRABALHOS – O escopo do trabalho realizado está demonstrado a seguir:

Mês	Datas de Realização	Assessoria Jurídica do IPREM Responsável: Assessor Jurídico Contratos e Aditivos, Pareceres e Processos Jurídicos
DEZ/21	09	Verificação integral dos Contratos Administrativos e seus Aditivos de Renovação, Contratos de Pessoal – Admissão e Vencimentos, Portarias e Processos Jurídicos (TJMG).
DEZ/21	23	Verificação de Processos por Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação e Mapeamento, Portarias Anuais da Comissão de Pregão e Comissão Permanente Licitação, Gestores Contratos.

CONTRATOS	OBSERVAÇÕES	OBSERVAÇÕES
RTM CONSULTORES ASSOCIADOS	O objeto de contrato foi reduzido e ajustado em virtude do covid-19.	Pasta contratual do prestador regular, constando contratos e aditivos bem como os pareceres jurídicos e justificativas.
UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA	O objeto do contrato atingiu o limite máximo de Aditivos com data de vencimento em 24/08/2021. Foi realizado novo contrato e Licitação.	Processo Licitatório Nº 001/2021 Modalidade – Pregão Presencial Nº 001/2021 Tipo – Menor Preço Global
TRES MARIAS FIBER TELECOM LTDA	Foi elaborado um novo contrato de prestação de serviços firmado 01/04/2021.	Pasta contratual do prestador regular, constando contratos e aditivos bem como os pareceres jurídicos e justificativas.
CRÉDITO E MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	Houve nomeação de novo gestor de contrato a partir de 01/07/2021. Feita a notificação de renovação contratual no prazo antecipado de 60 dias.	Pasta contratual do prestador regular, constando contratos e aditivos bem como os pareceres jurídicos e justificativas. Vencimento em 31/01/2022.
MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMA LTDA	Feita a notificação de renovação contratual no prazo antecipado de 30 dias.	Pasta contratual do prestador regular, constando contratos e aditivos bem como os pareceres jurídicos e justificativas. Vencimento em 31/12/2021.

Descrição do Objeto de Verificação	2017	2018	2019	2020	2021
Assessoria Jurídica					
Portaria de Gestores de Contratos Administrativos	<u>Não</u>	Sim	Sim	Sim	Sim
Portarias de Comissão de Licitação do IPREM	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Portarias de Comissão de Pregão do IPREM	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Dos processos Licitatórios de Dispensa e/ou Inexigibilidade	Observações				
Processos de Dispensa de Licitação por Amostragem	Regular				
Processos de Inexigibilidade por Amostragem	Regular				
Dos Contratos Administrativos e de Pessoal	Situação				
Conferência dos Contratos Administrativos e Aditivos	Regular				
Conferência dos Contratos de Pessoal e Aditivos	Regular				

DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS CONTRATOS

DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		
1) FORMALIZAÇÃO		
Identificação dos Termos de Contratos Existentes	(X) Regular	() Irregular
Cláusulas de Despesas Orçamentárias Projetadas	(X) Regular	() Irregular
Parecer com Justificativa e Aprovação Assessoria Jurídica	(X) Regular	() Irregular
2) DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO		
O contrato estabelece o prazo determinado e sua vigência	(X) Regular	() Irregular
Nas prorrogações as justificativas citam interesse público	(X) Regular	() Irregular
As renovações obedecem ao prazo máximo de aditivos	(X) Regular	() Irregular
3) OUTROS ASPECTOS AVERIGUADOS		
Foi designado gestor do contrato para sua fiscalização	(X) Regular	() Irregular
Informações Contratuais em Site Oficial (Lei 12.527/2011)	(X) Regular	() Irregular
Prestadores de Serviços possui CND (Fiscal e Trabalhista)	(X) Regular	() Irregular
Aditivos contratuais possuem correlação contrato inicial	(X) Regular	() Irregular
Identificação do limite de aditivos e Novas Licitações	(X) Regular	() Irregular

4.5) DAS APLICAÇÕES, INVESTIMENTOS E SUA GESTÃO

INTRODUÇÃO – Verificação dos registros das aplicações e investimentos do IPREM

UNIDADE EXAMINADA – Atuação do Comitê de Investimentos do IPREM

PERIODICIDADE – Realizado conforme determinado no PAAIN 2021

ESCOPO DOS TRABALHOS – O escopo do trabalho realizado está demonstrado a seguir:

ÁREA	OBJETO	PROCEDIMENTOS
Aplicações e Investimentos	Comitê de Investimentos	Apuração do resultado do quarto trimestre de 2021 via plataforma SIRU e análise das rentabilidades.

* SIRU = plataforma eletrônica de acompanhamento das rentabilidades mensais com acesso via Assessoria Financeira Crédito & Mercado.

DEMANDA DE PRAZOS DE EXECUÇÃO – Atividades desenvolvidas de identificação dos integrantes do Comitê de Investimentos, seus registros das reuniões em Atas, das tomadas de decisões e acompanhamento nas reuniões.

I. Composição Quadriênio (2021-2025) – conforme Ato Municipal 030/2021.

DA ANÁLISE DO PANORAMA ECONÔMICO – 4º TRIMESTRE DE 2021

O começo do mês ficou marcado pelos primeiros impactados causados pelas primeiras notícias da nova variante da covid-19, conhecida como Ômicron. Com o surgimento da nova cepa, tivemos uma grande volatilidade nos mercados. Outro ponto, foi a divulgação da ata da última reunião do ano, realizada pelo Copom, além do relatório trimestral de inflação. Em relação a Selic, tivemos a sétima elevação seguida pelo Copom, fechando o ano de 2021 em 9,25%, maior número em mais de quatro anos. Quanto a inflação, fechou o ano de 2021 em alta de 10,06%, e foi a maior registrada desde o ano de 2015. Conforme a ata divulgada, o banco central, observa que o ciclo de aperto monetário deverá ser mais contracionista. Além disso o BC divulgou que existe grandes chances de ser ultrapassado o limite superior das projeções de inflação para o ano de 2022, que atualmente está em 5,00%.

Em relação ao PIB, o banco central reduziu a projeção de crescimento de 2021 para 4,4%. Essa redução, se deve principalmente em virtude dos dados recentes mais fracos, além da queda de confiança dos empresários e consumidores. No Congresso depois do acordo para fatiar o texto, tivemos a finalização da votação em relação a PEC dos precatórios, que abrirá espaço fiscal acima de 100 bilhões para o ano de 2022. Na última reunião do ano realizada pelo Copom, foi decidido elevar mais uma vez a Selic em 1.5 pontos percentuais, fechando o ano de 2021 em 9,25%. O número ficou bem distante dos 2,00% que foi registrado na primeira reunião realizada em janeiro desse mesmo ano.

No final de dezembro, a semana ficou marcada por ser um pouco mais curta por conta do feriado de natal o Ibovespa registrou variações negativas e acumulou queda de 2,15% encerrando a semana com 104.891 pontos. Já no último pregão do ano, o Ibovespa fechou o ano em queda de 11,93% no acumulado do ano, aos 104.822,44 pontos. No último pregão do ano, o dólar teve um forte recuo fechando em R\$ 5,57, porém, mesmo com o recuo, o dólar terminou ano de 2021 com alta de 7,47%.

DAS PERSPECTIVAS NO CENÁRIO ECONÔMICO – 4º TRIMESTRE DE 2021

De acordo com os dados divulgados em outubro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego caiu novamente e agora está em 12,1% no último trimestre analisado. Apesar da queda, a falta de trabalho ainda atinge cerca 12,9 milhões de brasileiros.

O número de ocupados no país aumentou 3,6%, o que representa 3,3 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre encerrado em julho. Em 1 ano, houve aumento de 8,7 milhões de trabalhadores. Apesar da queda do desemprego e aumento do número de ocupados, o rendimento médio real habitual do trabalhador (descontada a inflação) caiu para R\$ 2.449 –o menor valor já registrado na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O valor representa uma queda de 4,6% frente ao trimestre anterior e uma redução de 11,1% relação a igual trimestre de 2020.

A pesquisa do IBGE mostra que o rendimento médio do trabalhador com carteira assinada foi de R\$ 2.345, enquanto que o do emprego sem carteira assinada e do trabalho por conta própria informal foram de R\$ 1.528 e R\$ 1.458, respectivamente. No mês de janeiro/22 será divulgado o PIB anual da China, o qual possui projeção de 3,60% de crescimento. Já na Zona Euro será divulgado o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) anual que mede a evolução dos preços de bens e serviços, o qual possui projeção de 4,9%. As expectativas são de que a inflação perca um pouco de força durante 2022, porém o ano eleitoral trará maior volatilidade aos mercados brasileiros.

De acordo com o Relatório Focus divulgado no dia 7 de janeiro pelo Banco Central, as expectativas são de que o PIB cresça 0,28% e que a Taxa Selic chegue a 11,75% em 2022. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político.

DA RECOMENDAÇÃO DA CRÉDITO & MERCADO – 4º TRIMESTRE DE 2021

Mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDkA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional - Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento, com a estratégia de alocação em 5%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuem porcentagem inferior a 5%, recomendamos a não movimentação no segmento.

Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão. As diversificações apresentadas atendem o proposto em nossos informes periódicos, para então ajustar os investimentos na obtenção dos melhores resultados e na mitigação dos riscos, dando prioridade aos ativos já pertencentes à carteira no período analisado. O RPPS possui liquidez em 98,34% dos recursos, permitindo a manutenção do portfólio em casos de mudanças no cenário econômico.

4.6) DAS AUDITORIAS INTERNAS – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre os regimes previdenciários. É um sistema composto por diferentes módulos, com menus específicos para os diferentes usuários que dele se utilizarão, quais sejam: MPAS, INSS e os RPPS.

INTRODUÇÃO – Verificação da Coordenação de Suporte Operacional.

UNIDADE EXAMINADA – Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV.

PERIODICIDADE – Análise Mensal: Dezembro de 2021, conforme PAAIN 2021.

ESCOPO DOS TRABALHOS – O escopo do trabalho realizado está demonstrado a seguir:

ÁREA	OBJETO	PROCEDIMENTOS
COMPREV	Compensação Previdenciária	Requerimentos de Compensação Previdenciária nos fluxos de solicitações (RI/RO) sistema de compensação das certidões averbadas de respectivos aposentados e pensionistas mediante liberações de homologações de benefícios no TCE/MG.

DEMANDA DE PRAZOS DE EXECUÇÃO – Atividades desenvolvidas conforme Requerimentos formalizados pelos servidores efetivos com venham completar requisitos para o pedido de benefício previdenciário com prazo médio de 02 (dois) dias em sua totalidade.

Painel Geral de Recebimentos COMPREV – Exercício 2021

Mês/Ano	PAGAMENTO	RECEBIDO	COMPENSADO - APORTE	LÍQUIDO - IPREM
dez/20	08/02/2021	R\$ 140.989,80	R\$ 81,74	140.908,06
jan/21	05/03/2021	R\$ 14.035,19	R\$ 86,19	13.949,00
fev/21	08/04/2021	R\$ 14.035,19	R\$ 86,19	13.949,00
mar/21	10/05/2021	R\$ 13.009,21	R\$ 86,19	12.923,02
abr/21	08/06/2021	R\$ 13.009,21	R\$ 86,19	12.923,02
mai/21	08/07/2021	R\$ 13.009,21	R\$ 86,19	12.923,02
jun/21	06/08/2021	R\$ 13.009,21	R\$ 86,19	12.923,02
jul/21	08/09/2021	R\$ 13.009,21	R\$ 86,19	12.923,02
ago/21	07/10/2021	R\$ 13.009,21	R\$ 86,19	12.923,02
set/21	08/11/2021	R\$ 13.229,01	R\$ 86,19	13.142,82
out/21	07/12/2021	R\$ 26.018,42	R\$ 172,38	25.846,04
TOTAL	COMPREV	R\$ 286.362,87	R\$ 1.029,83	R\$ 285.333,04

O IPREM durante o ano de 2021 totalizou como receita de compensação previdenciária o valor de R\$ 286.362,87 (Duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais, e oitenta e sete centavos) em contrapartida, pagou ao INSS como despesa de compensação previdenciária o montante de R\$ 1.029,83 (Um mil, vinte e nove reais e oitenta e três centavos).

5) DA OBTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO NÍVEL II

Com fundamento na atribuição de exercer a orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento dos RPPS e estabelecer e publicar parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do art. 9º, I e II da Lei nº 9.717/1998, e objetivando auxiliar os entes federativos na melhoria da gestão dos RPPS, por meio do aprimoramento do controle dos ativos e passivos previdenciários e de uma maior transparência no relacionamento destes com os segurados e a sociedade, o Ministério da Previdência Social, atualmente Secretaria de Previdência - SPREV da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT do Ministério da Economia, editou a Portaria MPS nº 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação, por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência. Conforme destacado no art. 2º da Portaria MPS nº 185/2015, o Pró-Gestão RPPS tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O processo de certificação proporciona benefícios internos e externos à organização. Externamente, ela pode obter maior credibilidade e aceitação perante outras organizações com as quais se relaciona. Internamente, obter um certificado de conformidade ajuda a conhecer, organizar e melhorar os processos da instituição, evitar o retrabalho, reduzir custos e alcançar maior eficiência e racionalização. O gestor consegue ter uma visão abrangente dos processos e de como eles contribuem para os resultados pretendidos. Portanto, podem ser enumeradas como vantagens que a certificação proporciona para as organizações:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos.
- b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores.
- c) Incremento da produtividade.
- d) Redução de custos e do retrabalho.
- e) Transparência e facilidade de acesso à informação.
- f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização.
- g) Reconhecimento no mercado onde atua.

5.1) DAS AÇÕES DE MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES

O diagnóstico sobre a organização deve ser feito a partir do reconhecimento e mapeamento dos processos executados e não somente pelos resultados obtidos. Os gestores devem ter uma visão sistêmica e abrangente da organização, por isso, como primeiro passo, é necessário que sejam mapeados os seus processos e atividades.

Obtenção de Nível II: Mapeamento de 03 (três) áreas obrigatórias:

- Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios);
- Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate);
- Tecnologia da Informação - TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).

5.2) DAS AÇÕES DE MANUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Dentre as áreas de atuação do RPPS que tenham sido mapeadas, deverão ser selecionados os processos e atividades que serão manualizados, ou seja, que terão definidos procedimentos padronizados de execução, desempenho, qualidade e reprodutividade.

Obtenção de Nível II: Manualização de 03 (três) áreas obrigatórias:

- Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios);
- Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate);
- Tecnologia da Informação - TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).

5.3) DA ATUAÇÃO DO CONTROLADOR INTERNO DA UNIDADE GESTORA

O controlador interno da Unidade Gestora (RPPS) têm a finalidade de avaliar o cumprimento de metas, programas e orçamentos e comprovar a legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão.

Nível II: Emissão de **relatório trimestral** que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas.

5.4) DA EVIDÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA PRÓ-GESTÃO NÍVEL II

Para que se obtenha adequadamente as evidências de auditoria, estas compreendem um grupo das informações utilizadas para chegar às conclusões em que se fundamentam a opinião ou conclusão.

Os procedimentos de auditoria para obter a evidência de auditoria podem incluir:

- I. Inspeção: A inspeção envolve o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de um ativo. Além disso, a inspeção de registros e documentos fornece evidência com graus variáveis de confiabilidade.

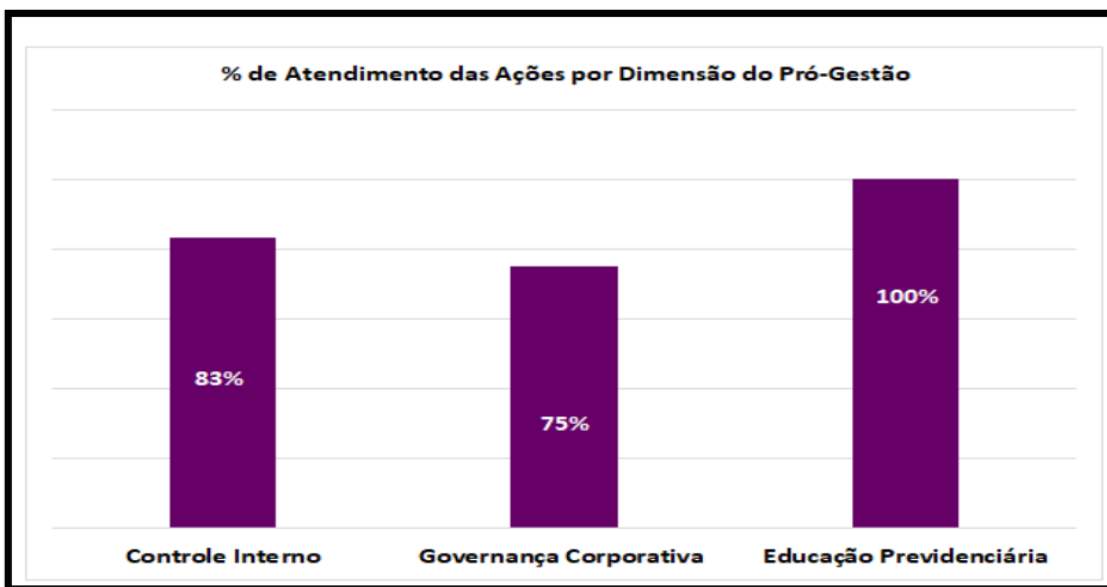
- II. Observação: A observação fornece evidência de auditoria a respeito da execução de processo ou procedimento, mas é limitada ao ponto no tempo em que a observação ocorre.
- III. Confirmação Externa: Uma confirmação externa representa evidência de auditoria obtida pelo auditor em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia. Os procedimentos de confirmação externa frequentemente são relevantes no tratamento de afirmações associadas a evidências de procedimentos e ações adotadas em setor/atividade.
- IV. Recálculo: O recálculo consiste na verificação da exatidão matemática de documentos ou registros. O recálculo pode ser realizado manual ou eletronicamente.
- V. Reexecução: A reexecução envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
- VI. Procedimentos Analíticos: Os procedimentos analíticos consistem em avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Os procedimentos analíticos incluem também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.
- VII. Indagação: A indagação consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro da entidade. A indagação é utilizada extensamente em toda a auditoria, além de outros procedimentos de auditoria.

6) DISPOSIÇÕES FINAIS

No dia 03/09/2021 o ICQ BRASIL na pessoa do Auditor Uirã Alcides Gomes Rosa, realizou a Auditoria de Certificação do Programa Pró-Gestão RPPS, que é Auditoria documental presencial para comprovação dos requisitos e verificação das atividades de Gestão, recomendando a Certificação ao IPREM Três Marias no Nível II.

Quadro comparativo de % de atendimento das Ações do Pró-Gestão			
Dimensões Pró-Gestão	Total de Ações	Nº de Ações Atendidas	% de Atimento das Dimensões
Controle Interno	6	5	83%
Governança Corporativa	16	12	75%
Educação Previdenciária	2	2	100%
Total de Ações	24	19	
% de Atendimentos de Ações	79%		

Fonte: Relatório Final Auditoria ICQ BRASIL



Fonte: Relatório Final Auditoria ICQ BRASIL

Total de ações Pró Gestão Nível I: 24

Nº de Ações atendidas: 19

Percentual Geral de atendimento dos requisitos: 79%

É o relatório, referente ao quarto trimestre de 2021.

Três Marias, 24 de Janeiro de 2022.

Leonardo Pacheco Silva

Controlador Interno do Instituto de Previdência Municipal de Três Marias

Joana D'arc Silveira Macedo

Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Três Marias

Silvio Aparecido Sobrinho

Presidente do Conselho Administrativo